



As inovações Curriculares da Sociologia Escolar no novo ensino médio público do Estado do Rio de Janeiro

Curricular innovations for Sociology in the new public high school in the State of Rio de Janeiro

Elizabeth Campos

Docente da SEDUC - RJ

E-mail:

bettycampos40@hotmail.com

Resumo

O texto aborda as preocupações da autora ao analisar o impacto das mudanças no currículo de Sociologia, no novo ensino médio, nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, com base nos documentos oficiais da SEEDUC-RJ. Explora a ideia de currículo disciplinar como instrumento de controle e destaca a formação da identidade do conhecimento Sociológico na Formação Geral Básica, e como essa estruturação implica na desintegração da base teórica/metodológica da disciplina, impactando na prática, trazendo diferentes perspectivas vinculadas a disputas e concepções ideológicas na educação, distanciando-se de uma abordagem reflexiva e crítica da realidade social. Reflete sobre a organização curricular, a fragmentação do currículo em blocos temáticos, com foco nos conteúdos da Sociologia Escolar. Aponta os desafios a serem enfrentados na implementação do ensino dos conteúdos da Sociologia Escolar, destacando a importância dos(as) professores(as) e a necessidade de promover reflexão crítica e debates na sala de aula. Conclui ressaltando que a tensão entre a Sociologia e o currículo integrado reflete os desafios da disciplina em um mundo complexo e interconectado, buscando construir pontes e estabelecendo diálogos com outras áreas do conhecimento no contexto atual.

Palavras-Chave: Ensino de Sociologia, Currículo, conhecimento.

Abstract

The text addresses the author's concerns when analyzing the impact of changes in the Sociology curriculum, in the new secondary education, in public schools in the State of Rio de Janeiro, based on official documents from SEEDUC-RJ. Explores the idea of a disciplinary curriculum as an instrument of control. I discussed the identity of Sociological knowledge in Basic General Training, and how

this structuring implies the disintegration of the theoretical/methodological basis of the discipline, impacting practice, bringing different perspectives linked to disputes and ideological conceptions in education, distancing itself from a reflective and criticism of social reality. It reflects on the curricular organization, the fragmentation of the curriculum into thematic blocks, focusing on the content of School Sociology. It points out the challenges to be faced in implementing the teaching of School Sociology content, highlighting the importance of teachers and the need to promote critical reflection and debates in the classroom. It concludes by highlighting that the tension between Sociology and the integrated curriculum reflects the challenges of the discipline in a complex and interconnected world, seeking to build bridges and establishing dialogues with other areas of knowledge in the current context.

Keywords: Sociology Teaching, Curriculum, knowledge.

Introdução

Na minha experiência como professora de Sociologia Escolar, surgiram inquietações sobre as mudanças no currículo dessa disciplina nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro. Tais modificações afetam diretamente o acesso ao conhecimento sociológico e a formação dos(as) estudantes, tornando essencial uma análise cuidadosa das diretrizes curriculares que orientam os conteúdos a serem ensinados. Sob a perspectiva crítica de Macedo e Lopes (2002), o currículo é visto como uma manifestação política e ideológica, enquanto Goodson (1996) aponta como as políticas curriculares têm influenciado a evolução das disciplinas escolares. Para embasar esta discussão, foram considerados documentos oficiais, incluindo a Resolução SEEDUC-RJ/6219 de 14/12/2023, o Currículo Referencial do Estado do Rio de Janeiro (2022), a Ementa SEEDUC-RJ/2024 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018).

Historicamente, a Sociologia no Brasil navega entre períodos de inclusão e exclusão no sistema educacional. Criada nas décadas de 1930 e 1940, a disciplina foi opcional entre 1942 e 1980, especialmente em cursos de formação de professores(as), recebendo diferentes denominações (Bodart; Feijó, 2020). Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), a Sociologia tornou-se essencial à formação da cidadania. A Lei Federal nº 11.684 de 2008 consolidou a presença da disciplina no ensino médio.

A leitura do currículo sob a ótica das teorias pós-críticas, conforme Lopes e Macedo (2002) e Goodson (1996), sugere uma análise que transcende a simples descrição dos conteúdos. Considerando o currículo como um elemento chave para determinar o que é ensinado, ele

impacta diretamente a priorização de certos saberes. Essa dinâmica pode perpetuar desigualdades educacionais, limitando a diversidade de conhecimentos disponíveis aos(as) estudantes de diferentes contextos sociais.

A análise das diretrizes do novo ensino médio no Rio de Janeiro revela que as recentes mudanças estão em consonância com a BNCC de 2018 e a Lei 13.417 de 2017. O Currículo Referencial (2022) foi estruturado para delinear competências e conteúdos essenciais, embora sua fragmentação em itinerários formativos possa desconsiderar as especificidades de cada disciplina. A necessidade de preparar os(as) alunos(as) para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania se destaca neste contexto.

Entretanto, essa abordagem curricular ignora as particularidades de cada área do saber e transforma o conhecimento em uma disputa política, onde novos discursos e perspectivas valorizam saberes conforme sua relevância social. O Currículo Referencial para o ensino médio deve promover uma educação que integre interdisciplinaridade e tecnologias, visando um ensino menos rígido e mais flexível (LOPES; MACEDO, 2011).

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar como as políticas curriculares do novo ensino médio no Estado do Rio de Janeiro impactam o acesso ao conhecimento em Sociologia, restringindo formas de aprendizado e priorizando competências exigidas pelo mercado de trabalho, enquanto minimizam a singularidade da disciplina. Para isso, serão discutidos dois aspectos: a definição da identidade do conhecimento sociológico na Formação Geral Básica e a organização dos componentes curriculares na trajetória da área de Ciências Humanas.

Essencialmente, a construção da identidade disciplinar da Sociologia enfrenta desafios significativos, exigindo a manutenção de elementos que favoreçam a análise crítica dos processos sociais. Sem esse referencial teórico, os estudantes correm o risco de desenvolver uma compreensão superficial da sociedade, limitando sua capacidade de análise e questionamento. Como argumenta Bodart (2022, p. 13), “a qualidade do ensino de Sociologia depende de um conjunto de fatores”, ressaltando a importância de uma prática docente que não apenas atraia o interesse dos(as) alunos(as), mas também mantenha o rigor científico necessário para uma formação sólida.

1.A Fixação de Identidade para o Ensino de Sociologia no Currículo Referencial do Estado do Rio de Janeiro.

As diretrizes curriculares do novo ensino médio no Estado do Rio de Janeiro, estabelecidas pela Resolução SEEDUC-RJ nº 6219, de 14/12/2023, estão em conformidade com o Currículo Referencial do Estado do Rio de Janeiro de 2022. Essas diretrizes organizam o currículo de forma progressiva nas séries ou em módulos e delineiam as competências e

habilidades gerais propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a área das Ciências Humanas e Sociais no ensino médio, além de habilidades específicas que refletem o contexto do estado.

Contudo, ao estabelecer somente o português e a matemática como disciplinas obrigatórias durante o ensino médio, essa nova estrutura curricular enfatiza uma flexibilização que pode impactar diretamente o ensino de sociologia. A diminuição da carga horária destinada a essa disciplina pode resultar em uma formação menos abrangente, prejudicando o desenvolvimento crítico dos estudantes em relação a questões sociais. Embora essa flexibilização busque diversificar as competências e habilidades desenvolvidas, levanta preocupações acerca da profundidade com que os temas sociológicos poderão ser abordados no currículo, comprometendo, assim, a formação integral dos(as) alunos(as).

A disciplina de Sociologia Escolar, parte da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, é oferecida aos(as) alunos (as) no 3º ano do ensino médio, organizada em bimestres. O principal objetivo dessa aprendizagem, segundo o Currículo Referencial do Estado do Rio de Janeiro (2022), é desenvolver habilidades específicas relacionadas ao estado, explorando temas contextualizados a serem analisados sob as lentes cognitiva e socioemocional. Conforme apontam Lopes (2019) em suas pesquisas, é fundamental equipar a educação com conhecimentos práticos que se conectem a uma compreensão de cidadania e trabalho.

Dessa forma, trabalhamos com a ideia de que o currículo é uma produção de sentidos para um determinado conhecimento. Observa-se que o currículo não é mais visto como um conjunto fixo e essencial, mas sim como um símbolo em constante disputa, cujos significados são historicamente situados. Goodson (1996) enfatiza a necessidade de compreender o currículo não como uma mera prescrição, mas como uma construção social, ao explicitar as relações de poder ao longo da história do currículo.

Historicamente, a Sociologia escolar era uma disciplina obrigatória no ensino médio fluminense, com uma carga horária de duas aulas semanais. Todavia, a nova abordagem promove uma flexibilidade que se distancia de seu referencial teórico, impactando a formação docente, a carga horária e a seleção de conteúdos, o que pode fragilizar conceitos fundamentais para a análise crítica dos fenômenos sociais contemporâneos.

Assim, entendemos que a estrutura do Currículo Referencial do Estado do Rio de Janeiro para o ensino de Sociologia visa estabelecer significados padronizados por meio dos objetos de conhecimento, alinhando-se às habilidades específicas e dialogando com as competências definidas pela BNCC (2018). Esses discursos promovem, de acordo com as normas educacionais, uma concepção de formação que se adeque às exigências do século XXI.

No primeiro bimestre, que compreende um total de 16 horas, o ensino de Sociologia foca na origem da disciplina, nos pensadores clássicos da sociologia, nas principais questões sociais e

nas teorias que exploram diferentes processos políticos, culturais e sociais. Também são discutidas as perspectivas hegemônicas e alternativas sobre esses processos sociais.

No segundo bimestre, o foco é na urbanização, favelização, gentrificação e nas diversas formas de estado moderno, além de analisar a capacidade do Estado em garantir os direitos civis e políticos. No terceiro bimestre, as abordagens sociológicas se voltam para o desemprego estrutural, a reconfiguração do trabalho, as relações laborais e a flexibilidade dos direitos trabalhistas. Por fim, no quarto bimestre, o ensino de Sociologia abordará os aspectos relativos à declaração dos direitos humanos e à Constituição Federal de 1988, bem como os principais atores sociais que violam os direitos humanos no Brasil, totalizando 64 horas de conteúdo.

De acordo com as diretrizes oficiais, espera-se que, ao ensinar esses conteúdos, os(as) alunos(as) desenvolvam a capacidade de valorar, analisar, interpretar e compreender, a fim de construir uma visão contextualizada do mundo. Dessa forma, a identidade para o ensino de Sociologia é estabelecida em um discurso unificador para o conhecimento, definindo o que todos devem aprender por meio de objetivos operacionais, em uma única série escolar, dividida por bimestres, totalizando uma carga horária de 80 horas anuais.

É possível observar que essa abordagem tende a limitar os movimentos críticos e relacionais que a Sociologia escolar propõe em relação à realidade social, ao condensar os conteúdos e minimizar, ou até excluir, algumas categorias importantes. Isso resulta na ênfase em um conjunto de habilidades e objetivos de conhecimento predefinidos que direcionam o trabalho pedagógico, priorizando os aspectos cognitivos voltados apenas para a adaptação dos estudantes na resolução de problemas. Nesse contexto, a compreensão do mundo e, principalmente, a leitura crítica, não recebem a devida atenção.

Há uma percepção generalizada de que a Sociologia não é uma disciplina prática ou aplicável diretamente ao mercado de trabalho. De acordo com Lopes (2015, p. 447), as políticas curriculares estabelecem um padrão fixo de conteúdos essenciais, critérios consensuais e uma identidade definitiva para o currículo da educação básica. Assim, observa-se que a Sociologia Escolar, conforme delineada no Currículo Referencial do novo ensino médio, é moldada por um discurso curricular que minimiza ou até silencia uma parte significativa de seus conteúdos, incluindo questões de gênero, raça e etnia. Dessa forma, a identidade atribuída à disciplina tende a legitimar sua importância apenas no contexto das demandas do mercado de trabalho.

A construção da identidade disciplinar para o ensino da Sociologia na Formação Geral Básica enfrenta, portanto, desafios decorrentes da desintegração de seu campo científico, no qual novas lógicas e argumentos políticos estão emergindo. É imprescindível, portanto, manter elementos que favoreçam a análise crítica e a compreensão das complexidades dos processos sociais e das transformações na sociedade contemporânea. Sem um referencial teórico adequado, os(as) estudantes correm o risco de desenvolver uma compreensão fragmentada e superficial dos

fenômenos sociais, o que limita sua capacidade de análise crítica e o questionamento das estruturas sociais.

Conforme Bodart (2022, p. 13), “a qualidade do ensino de Sociologia depende de um conjunto de fatores, dentre eles conhecimentos didáticos que viabilizem uma prática docente atrativa aos estudantes, sem perder o rigor científico”. Nesse sentido, os educadores desempenham um papel fundamental ao promover reflexões críticas, debates e atividades práticas que despertem o interesse dos(as) alunos(as) pela disciplina. Portanto, é essencial que os(as) docentes estejam preparados, apresentando evidências sólidas e incentivando discussões em sala de aula. Ensinar os(as) alunos(as) a questionarem as estruturas sociais existentes e a analisar as desigualdades e injustiças da sociedade pode ser percebido como uma ameaça ao status quo e aos interesses de certos grupos em posição de poder.

2. Itinerários Formativo, a presença da Sociologia no currículo do ensino médio.

De acordo com o texto normativo da SEEDUC-RJ (Ementas - Referencial do ensino médio Regular/2024), os Itinerários Formativos proporcionam aos(as) estudantes uma experiência educacional personalizada e adaptada às suas aptidões, interesses e aspirações. O objetivo é superar o modelo educacional tradicional, preparando os(as) alunos(as) de forma mais eficaz para os desafios futuros. Esses itinerários são percursos educacionais pré-estabelecidos compostos por componentes curriculares específicos, que desempenham um papel relevância na dissolução do campo disciplinar, oferecendo uma estrutura voltada para o desenvolvimento do conhecimento de maneira fragmentada e diversificada.

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas serão guiadas pelos Itinerários Formativos, que consistem em trilhas de aprendizagem aprovadas pelas unidades escolares, atendendo às necessidades identificadas em suas comunidades. No Catálogo de Itinerários Formativos do Novo ensino médio da SEEDUC-RJ, estão disponíveis trilhas de aprendizagem que complementam a formação geral básica, incluindo áreas como Ciências Humanas e Sociais. Entre essas trilhas, destaca-se a Formação Cidadã, que abrange temas como Sistemas Políticos, Construção dos Sujeitos Sociais e Participação Social. A Trilha Memória e Sociedade, por sua vez, enfoca Ancestralidade, Cultura e Multiculturalismo. Ambas são oferecidas no 2º e 3º anos do ensino médio, com duas aulas por semana.

Essas trilhas visam desenvolver competências essenciais para a vida pessoal e profissional dos estudantes, permitindo flexibilidade na escolha dos componentes curriculares, e atendendo tanto às demandas do mercado de trabalho quanto às aspirações individuais. Assim, a personalização do processo educacional é enfatizada como uma manifestação de poder político,

uma vez que a flexibilidade e o compartilhamento do conhecimento estão em consonância com as diretrizes operacionais da educação, alinhando-se ao discurso nacional.

Entretanto, a inserção da Sociologia nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro enfrenta desafios históricos, como resistências políticas e ideológicas que dificultam sua aceitação no currículo escolar. Embora a disciplina não esteja formalmente presente, conteúdos sociológicos são abordados de maneira interdisciplinar, permitindo a discussão de conceitos em uma perspectiva mais ampla.

Na trilha de aprendizagem Formação Cidadã, há uma integração de diferentes assuntos. Os conteúdos curriculares apresentam elementos teóricos e históricos que se relacionam a diversos temas clássicos e contemporâneos das Ciências Políticas e da Sociologia, incorporando categorias como poder, Estado, democracia, participação social e cidadania. Isso indica a presença desses temas nas duas últimas séries do ensino médio (2º e 3º), conferindo uma abordagem sociológica que favorece a compreensão das práticas políticas nas suas dimensões sociais.

Por outro lado, a trilha “Memória e Sociedade” se concentra nos temas de ancestralidade, cultura e multiculturalismo, explorando diversas culturas para promover uma compreensão mais abrangente da diversidade humana. Organizados em bimestres, os conteúdos abordam questões relacionadas à Antropologia, buscando, de acordo com a Ementa SEEDUC/2024, incentivar a empatia e o respeito às diferenças culturais, além de estimular a investigação dos traços, valores e crenças transmitidos ao longo das gerações.

É importante ressaltar que, embora haja ênfase nesse processo de contextualização, as competências e habilidades vinculadas aos temas sociológicos não estão plenamente integradas aos processos teórico-metodológicos da disciplina. Isso limita a capacidade dos(as) estudantes de refletir criticamente sobre a sociedade. Como destacado por Bodart (2022), a Sociologia escolar tem o potencial de promover uma visão mais abrangente do mundo social, contribuindo para o fomento do pensamento crítico e da reflexão sobre as estruturas sociais que moldam nossa realidade. Observa-se que os conteúdos sociológicos na estrutura curricular da SEEDUC-RJ refletem um duplo direcionamento: a busca pela harmonização entre os princípios da BNCC e a tradição da Sociologia escolar no ensino médio.

Assim, a inclusão de habilidades e competências relacionadas aos conteúdos de Sociologia como metas educacionais implica a união entre o discurso do texto normativo e os conhecimentos científicos da sociedade. Nessa integração e flexibilidade, elabora-se um discurso que orienta o aprendizado, visando capacitar o estudante para se engajar nos processos de formação para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo que se desconsidera a complexidade teórica que caracteriza a disciplina.

Goodson (1996) também enfatiza a importância do reconhecimento dos(as) professores(as) como parte das comunidades disciplinares escolares, pois isso facilita uma maior conexão entre o conhecimento escolar e acadêmico. Ele argumenta que, ao valorizarem disciplinas de prestígio, os(as) professores(as) podem criar condições favoráveis para que essas disciplinas sobrevivam no currículo escolar.

Isso suscita questionamentos sobre como esses profissionais poderão transmitir conhecimentos de forma crítica e aplicá-los no cotidiano. Como diferentes docentes, de diversas áreas e ao cumprirem suas cargas horárias, poderão ser responsáveis pelo ensino desses conteúdos, sem garantias de possuírem as ferramentas analíticas necessárias para interpretar criticamente a realidade e suas relações diárias?

Nesse sentido, é relevante considerar o pensamento de Bodart (2022), que destaca a importância de não perder de vista que a teorização é uma prática social. Essa prática deve partir dos incômodos provocados pela vida cotidiana e retornar a ela com o objetivo de promovê-la. O papel da escola, portanto, é proporcionar um ambiente plural e diverso, onde diferentes pontos de vista sejam respeitados, sempre fundamentados em informações e argumentos baseados em fatos e dados.

Além disso, ao analisar as políticas curriculares como um discurso, é importante ressaltar que os conhecimentos sociológicos, que fundamentam a hierarquização dos saberes, não estão completamente excluídos. No entanto, é perceptível que, no atual discurso voltado para o ensino médio nas escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, a disciplina de Sociologia enfrenta modificações quando aplicada na prática dentro da sala de aula. Isso ocorre à medida que seus conteúdos são frequentemente abordados por profissionais de diferentes disciplinas, considerando a diversidade de grupos presentes na comunidade escolar.

Considerações finais

A partir das reflexões apresentadas neste texto, é evidente que as mudanças curriculares nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro resultam de uma complexa rede de relações de poder e interesses políticos e ideológicos que impactam a construção do conhecimento escolar. Observam-se elementos que se alinham aos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018), como a interdisciplinaridade e a contextualização, que coexistem com as tradições disciplinares socialmente reconhecidas.

O debate sobre a identidade da Sociologia no currículo escolar deve considerar as transformações sociais, políticas e econômicas atuais e as demandas da sociedade contemporânea. A integração curricular, em destaque no cenário educacional, propõe uma abordagem mais holística e contextualizada. No entanto, é necessário questionar se essa integração se materializa de fato ou se, na prática, reitera as disciplinas tradicionais devido à forma como o conhecimento é apropriado.

No 3º ano, a disciplina de Sociologia é oferecida de maneira flexível, integrada à área de Ciências Humanas e Sociais, visando desenvolver habilidades específicas contextualizadas e avaliadas sob perspectivas cognitivas e socioemocionais. Contudo, essa abordagem pode limitar a capacidade crítica dos(as) alunos(as) em relação à realidade social, priorizando habilidades cognitivas e a resolução de problemas, o que pode levar ao esvaziamento de aspectos fundamentais do conhecimento sociológico e comprometer a qualidade do ensino e a formação de estudantes com uma compreensão crítica da sociedade.

O texto oficial da Ementa SEEDUC/2024 revela que os itinerários formativos na área de Ciências Humanas e Sociais abordam conteúdos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política de forma compartilhada e contextualizada. Essa nova configuração altera as bases científicas da formação dos(as) estudantes, com a eficácia agora determinada pela demonstração de habilidades e competências por meio de processos cognitivos, como avaliação, análise, aprendizado, interpretação e comunicação.

Entretanto, a Sociologia escolar se submete a interesses econômicos e políticos, transformando-se em um instrumento de controle. Nesse contexto, a disciplina perde sua autonomia e é instrumentalizada por interesses particulares, comprometendo a abordagem teórica e metodológica que historicamente a sustentou.

É fundamental que os(as) professores(as) estejam preparados para enfrentar os desafios das políticas curriculares, integrando de forma significativa os conteúdos sociológicos em suas práticas pedagógicas, mesmo diante de limitações. A tensão entre a sociologia escolar e o currículo integrado do Estado do Rio de Janeiro reflete os desafios que a disciplina enfrenta em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, convidando à reflexão sobre seu papel e relevância no contexto atual, bem como à importância de estabelecer diálogos com outras áreas do conhecimento.

Bibliografia

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. Ciências Sociais no currículo do ensino médio brasileiro. *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 219–234, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n2.51194. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51194>. Acesso em: agosto/ 2024.

BODART, Cristiano, das Neves; MORAES, Fábio Monteiro de; TAVARES, Caio dos Santos. *Sociologia e Música: Propostas Pedagógicas*. Maceió, Alagoas, Ed. Café com Sociologia, 2022

BODART, Cristiano, das Neves. O ensino de Sociologia para além do estranhamento e da desnaturalização: por uma percepção figuracional da realidade social. *Latitude*, v.15, edição especial, pp.139-160, jan/2021, disponível em <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/11397>. Acesso em agosto/2024

BRASIL, Ministério da Educação, Base Nacional Comum Curricular, Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomumcurricular.mec.gov.br>. Acesso maio/2024.

BRASIL. MEC. *Orientações Curriculares para o ensino médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF, 2006. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

GOODSON, Ivor. *Currículo: Teoria e História*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1996.

LOPES, Alice, Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias do Currículo*. São Paulo, Ed. Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas de Currículo em um enfoque discursivo: nota de pesquisa. In: LOPES, Alice Casimiro et al (org). *A teoria do discurso na pesquisa em educação*. Recife, editora UFPE, 2019.

LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel. Reflexões discursiva sobre a esquerda, o deslocamento e a democracia. In LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel (org.). *A teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas*. São Paulo, Annableme, 2015 a, p.149-162.

LOPES, Alice Casimiro; COSTA, Hugo Heleno Camilo da. A Contextualização do conhecimento no ensino médio: Tentativas de controle do outro. *Educ, Soc*, Campinas, v39, nº 143, p 301-320, abril/2018.

MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice Casimiro. A estabilidade do currículo disciplinar: o caso das ciências. In: Alice CASIMIRO LOPES; (Org.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 73-94.

RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Educação, (SEEDUC-RJ). Novo ensino médio, Ementas/2024 Referencial do ensino médio regular para o Estado do Rio de Janeiro Itinerários Formativos. Disponível em: <https://sites.google.com/duca.rj.gov.br/ementas2024/orientaçõescurriculares/ementas-2024>. Acesso em abril/2024.

RIO DE JANEIRO, Secretária de Estado de Educação (SEEDUC-RJ), Resolução nº 6019 de 23 de dezembro de 2023, *Resolução de Matrizes Curriculares para Educação Básica nas unidades escolares da rede públicas*. Publicado em Diário Oficial, ano XLIX, nº240 part 1.

Recebido em: 08/07/2024

Aceito em: 11/10/2024